

“SE O CEMITÉRIO NÃO EXISTISSE, TUDO SERIA O BAIRRO” O(s) territórios e a imaginação

“IF THE CEMETERY DIDN'T EXIST,
THE NEIGHBORHOOD WOULD BE IT ALL”
Territory and imagination

Luiza Signori¹ e Maurício Rossini dos Santos²

Resumo

Este trabalho aborda, a partir de outros autores, a questão do território, e da territorialidade, sob uma perspectiva que visa à autonomia. A discussão sobre essa categoria, nos auxilia na valorização da fala de uma moradora do bairro Euzébio Beltrão de Queiroz, na cidade de Caxias do Sul, que carrega a ousadia de imaginar um território, e, portanto, uma territorialidade outra, avessa ao discurso *standardizado* do planejamento urbano praticado pelo estado. Considera-se a importância do ousado exercício de imaginar outras dinâmicas espaciais, outras dinâmicas de vida. A fala da moradora nos chama para a construção de espacialidades outras.

Palavras-chave: território, territorialidade, planejamento urbano, imaginação.

Abstract

This paper addresses, based on other authors, the issue of territory, and territoriality, from a perspective that aims autonomy. The theoretical discussion relates to an empirical experience that occurred during an university's extension project in Euzébio Beltrão de Queiroz neighborhood, Caxias do Sul. The experience being a resident's speech that allows us to imagine the possibility of another territoriality, averse to the standardized discourse of urban planning practiced by the state. The importance of the courage it takes to exercise imagining other spatial dynamics, other life dynamics in face of the crisis in which urban planning finds itself is considered. The resident's speech calls us to the construction of other spatialities, to (im)possible imaginations.

Keywords: territory, territoriality, urban planning, imagination.

Uma introdução

A partir de uma concepção decolonial, “periférica” e latino-americana, podemos pensar território como que expressão de múltiplas territorialidades o que exige que se leve em consideração, muito além de seus aspectos materiais e utilitários — seu aspecto normativo —, aspectos do vivido, do praticado, elementos simbólicos e também os afetos. Assim sendo, a mobilização do conceito de território torna-se indispensável à busca por autonomia e, portanto, sua compreensão, nesse contexto, tanto para grupos hegemônicos, quanto para grupos subalternizados, ganha ainda mais importância (HAESBAERT, 2021). Para além do que Haesbaert (2021) chama de “territorialização normativa” — ações e políticas públicas estatais que incidem sobre o território — há uma “territorialização vivida” — práticas cotidianas de pessoas e grupos que buscam dar sentido à “realidade”. Vale lembrar que, o conceito é um dos mais submetidos a tentativas de redefinição, nas últimas décadas (SOUZA, 2016).

Haesbaert (2004, p. 1) menciona que, desde o princípio, “território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar)”, ou seja, existe uma dimensão de dominação da terra que remete ao terror, ou ao medo. Sendo assim, quando tratamos de território — e por consequência, de territorialidade(s) — a dimensão que se apresenta em primeiro plano é a do poder, ainda que a dimensão simbólico-cultural tenha influência nessas relações. Entendemos aqui, poder não apenas como algo constituído de forma heterônoma, mas também as demais formas de poder que tensionam o poder heterônomo a partir de uma construção de poder popular, pautada na busca por autonomia dos agrupamentos humanos.

Qual é o papel do planejamento urbano frente a esses tensionamentos? De que forma o planejamento, enquanto prática, tensiona ou se coloca à disposição da “ordem” posta? Segundo Miraftab (2016), o planejamento moderno encontra-se em crise, e mesmo quando se anuncia como que estando a serviço dos interesses públicos, não raro se coloca a serviço de interesses privados. Dessa forma, a autora aponta para o que ela chama de *planejamento insurgente* como alternativa na busca de outros caminhos possíveis para o futuro, um futuro em que não se negligencie os conflitos e tampouco as diferentes vivências e espacialidades. Portanto, em nossas reflexões é preciso que, antes de pensarmos o mundo em sua complexidade e, a partir daí, observarmos os diversos lugares e territórios que o compõem, primeiramente, os observemos a partir do olhar de quem neles habita, para aí sim olharmos para o todo, que é construído cotidianamente pela dialética relação entre os humanos e o mundo (NOGUEIRA, 2014, p. 24).

Certeau (1996, p. 171), nos diz que os praticantes ordinários das cidades transitam pelo espaço e que seu corpo “[...] obedece aos cheios e vazios de um ‘texto’ urbano que escrevem sem poder lê-lo”. Nesse contexto, no qual se entende a urgência e a importância de voltar o olhar para as práticas sócio-espaciais — para o território vivido — e, portanto, para os sujeitos que “escrevem” a cidade com suas “práticas ordinárias” e seus relatos — seus corpos — o presente texto tem por objetivo avaliar os impactos da territorialização normativa — que constrói narrativas e ideias de lugar pensadas, ou impensadas, através de uma visão espacial hegemônica, altamente, normalizante e pautada por uma falsa ideia de consenso — partindo de uma reflexão proposta por uma moradora do bairro Euzébio Beltrão de Queiroz, localizado na cidade de Caxias do Sul, RS. Além disso, refletir, a partir de um referencial teórico sobre território/ territorialidade(s) e sobre como a imaginação pode se tornar ferramenta na construção de outras territorialidades possíveis.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional — PROPUR-UFRGS; Voluntária no TaliesEM — Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia — POSGea-UFRGS.

Território(s) e territorialidade(s)

O território, numa perspectiva anglo-saxônica, é visto de forma essencialmente tecnicista, utilitária e estatal. Em contraposição, as geografias latino-americanas, se pensarmos nas obras de autores como Milton Santos, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Rogério Haesbaert, apresentam o território como dimensão do cotidiano, tendo reconhecidos aspectos simbólicos, e até afetivos, que escapam a uma abordagem positivista e tecnicista. Ressalta-se aqui o caráter múltiplo que o território obtém nessa visão latino-americana, sendo amplamente utilizado como categoria de análise — a fim de compreender a “realidade” — como categoria da prática — reconhecendo o território como vivido e praticado pelas pessoas e grupos — e como categoria normativa — ações estatais e políticas públicas que incidem sobre o território (HAESBAERT, 2021).

Nesse sentido, o território passa a ser entendido como instrumento político e estratégico, tanto para a dominação hegemônica, quanto para a ação de grupos subalternizados em suas lutas por território. Luta por território que se relaciona a uma busca por autonomia³, exemplo disso é a conclusão a que chega o Primeiro Encontro de Povos Indígenas em Quito de que sem “governo índio e sem controle dos territórios não há autonomia” (PAJUELO, 2007, p. 133, citado por SVAMPA, 2016, p. 104). Ou seja, numa perspectiva decolonial, latino-americana, “quem diz autonomia diz também território, o qual se refere a um conjunto de dimensões (espacial, econômica, simbólica e cultural)” (SVAMPA, 2016, p. 105, citado por HAESBAERT, 2021, p. 268). Além disso, como nos lembra Haesbaert, em a natureza do espaço, Milton Santos afirma que “cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos” (SANTOS, 1996, p. 61, citado por HAESBAERT, 2021, p. 272). Assim, o território se apresenta como indispensável tanto para a cultura quanto para a autonomia.

Nesse contexto, em que o território é visto para além de suas qualidades materiais, incluindo sua dimensão normativa, vivida, praticada e simbólica, sendo assim indispensável à cultura e à autonomia, o controle do território ganha ainda mais importância, afinal, dessa forma, controlar o território é também controlar a autonomia dos diversos povos e grupos e também suas culturas. Assim, uma das questões centrais na atualidade, segundo Porto-Gonçalves, (2002) “[...] diz respeito, exatamente, às novas grafias da terra, aos novos limites territoriais e, como a definição de limites é a própria essência da política, é toda a questão dos protagonistas que está em jogo” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 309). Para o autor, o ato de grafar a terra, de estabelecer limites, não está apenas associado ao Estado — territorialização normativa — mas também às pessoas que buscam dar sentido à vida “geografando” por meio de suas práticas — territorialidade vivida. Certeau (1996), corrobora com essa visão quando fala dos “praticantes ordinários-as da cidade”, os caminhantes, pedestres que com suas práticas cotidianas, seus relatos, “escrevem” a cidade, realizam “operações de demarcação” e assim, também estabelecem fronteiras — limites — ora como pontes, ora como muros, a depender do que a fronteira “diz” (CERTEAU, 1996).

Assim, podemos ponderar que, se pensarmos a territorialidade, e, portanto, território como Certeau pensa lugar — afinal de contas são categorias que se aproximam de alguma forma — como esse espaço de relatos, que é atravessado pelos corpos, mas

³ Importante aqui, fazer observação sobre que projeto de autonomia falamos. Destacamos, portanto, como Souza (2017, p. 311) ao se referir ao projeto de autonomia defendido por Castoriadis que, “não há indivíduos autônomos, em qualquer sentido politicamente digno de nota, sem uma sociedade autônoma — e *vice-versa*”. Tal autonomia coletiva, “se fundamenta em instituições que permitam, justamente, que venham a existir indivíduos autônomos, livres e educados para a liberdade — e que animem e defendam essas instituições” (p. 312). Ou, “educados para amar a própria liberdade e a dos outros” (CASTORIADIS, 1975, citado por SOUZA, 2017, p. 312).

também os atravessa, as práticas cotidianas não só “escrevem” a cidade, mas, ao “ler” o que “escrevem”, “reescrevem” a si. Quando Wacquant cita Bourdier em Corpo e Alma, menciona que “aprendemos pelo corpo” e, portanto, “a ordem social inscreve-se no corpo por meio desse confronto permanente, mais ou menos dramático, mas que sempre abre um grande espaço para a afetividade” (2002, p. 12). É esse espaço da afetividade, de territórios que se formam — e, para tal, formam relações de poder — a partir do simbólico, dos afetos, que Haesbaert e Carlos Walter defendem como alternativa a um território normativo, calcado na funcionalidade.

Em uma das falas de “E se Obama fosse Africano”, Mia Couto (2011, p. 13) destaca: “[...] como critérios hoje dominantes desvalorizam palavra e pensamento em nome do lucro fácil e imediato”. A partir do que fala Certeau, das práticas que “escrevem” a cidade, podemos pensar que o planejamento estatal, que cria territórios normativos, “em nome do lucro fácil e imediato” desvaloriza as palavras com que “escreve” a cidade. Ao criar espaços *standardizados*, ignora as diferentes espacialidades e as possibilidades narrativas. Da mesma forma que, “as línguas servem para comunicar. Elas não apenas “servem”. Elas transcendem essa dimensão funcional. Às vezes, as línguas fazem-nos ser.” (COUTO, 2011, p. 13). A cidade também tem esse papel, de comunicar o discurso de quem a produz, mas também, em diferente intensidade, de quem a reivindica, pois, as territorialidades estão constantemente sob tensão. A principal tensão entre territorialidades se mostra entre a lógica hegemônica — altamente heterônoma — e as lógicas ou saberes subalternizados — essas, geralmente, apontam para práticas territoriais mais autônomas —, onde estão em contraposição os interesses coletivos/comunitários frente aos interesses privados (HAESBAERT, 2021).

Faranak Miraftab (2016, p. 365), afirma que o planejamento urbano está se confrontando com sua própria crise de identidade e legitimidade, ligada a uma crise global e do capitalismo, demonstrando o que a autora chama de “esquizofrenia” da profissão, decorrente da falsa ideia de que o urbanismo serve ao bem público “O planejamento urbano enquanto uma profissão, se auto enaltece por atender ao bem público, mas os planejadores profissionais frequentemente encontram-se a serviço do bem privado”. Isso também revela as tensões territoriais imbricadas no planejamento, essa profissão que deveria trabalhar pela garantia de direitos e pelo bem público, mas se vê entregue ao bem privado. Essas contradições e falsas promessas do planejamento hegemônico geram injustiças sociais — expulsões, espoliações, etc — e agravam as desigualdades sócio-espaciais. Como alternativa ao planejamento hegemônico, Miraftab (2016) fala da necessidade de rompimento dos postulados que conduziram à crise e da urgência em buscarmos um outro planejamento. Para isso, há que se reconhecer as práticas para além daquelas sancionadas pelo Estado e pelo poder corporativo. Nesse sentido, o *planejamento insurgente*, ou *planejamento conflitivo* se mostra um caminho possível “[...] recorrer às práticas subordinadas, amadurecidas, em movimentos anticoloniais e anticapitalistas” (2016, p. 364).

Assim, entendendo o território como dimensão do cotidiano, essencial à autonomia, e tendo em vista a crise em que o planejamento se encontra, suas contradições e falsas promessas, como romper com a lógica hegemônica enraizada no planejamento estatal e corporativo dominante? É uma questão que não se tem pretensão de responder nesse texto, mas talvez instigar o olhar para essas outras práticas de planejamento que se apresentam pelo conflito, pela quebra da falsa ideia de consenso, pelos-as “praticantes ordinários-as da cidade”. Instigar o olhar para o afeto, para o que escapa à materialidade e permeia as representações sociais e a subjetividade dos corpos. Pois se, como já citado anteriormente, “Às vezes, as línguas fazem-nos ser. Outras, [...] elas fazem-nos deixar de ser” (COUTO, 2011, p. 13-14). Miraftab (2016), nos diz que é urgente descolonizar a imaginação, “imaginar o inimaginável” para tentar construir outro futuro. Krenak (2019), por sua vez, nos apresenta a potência da subjetividade

e do sonho como possibilidade de adiar o fim do mundo. Quem sabe imaginando, sonhando, buscando não mais ser, mas deixar de ser, não sejamos capazes de encontrar um outro caminho?

Para isso, para que seja possível buscar esse outro caminho, é importante lembrar que, em se tratando de território, a dimensão que se apresenta em primeiro plano — ainda que, como vimos anteriormente, diversas outras dimensões produzem impacto na territorialidade posta — é a dimensão do poder. Souza (2016, p. 87), diria que, para entendermos determinado território, a pergunta a ser feita é: “quem domina, governa ou influencia quem nesse espaço, e como?” Ou seja — e de forma alguma defendemos qualquer caráter determinístico do espaço —, as dinâmicas de poder influenciam, em diferentes graus e intensidades, as relações sociais que configuram territórios, e/ou territorialidades. Mas, é preciso ponderar que poder não se restringe a sua forma heterônoma, como o poder estatal ou o poder corporativo exercido pelos que ditam os ritmos do capital. Tampouco, é o poder uma “coisa”, que possa ser armazenado ou possuído. Segundo Hannah Arendt (1985, p. 24):

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou grupo não há poder) desaparece, “o seu poder” também desaparece.

Assim, “Arendt não deixa dúvida de que o poder existe apenas no âmbito da ação” (1983, p. 212, citado por SOUZA, 2017, p. 313). E tal fenômeno é facilmente observado no cotidiano. Certos agrupamentos de moradores de um determinado bairro ao reunirem-se em torno de um interesse comum, como o calçamento de uma via, a implementação de saneamento básico, a reivindicação de ampliação de uma linha de transporte coletivo, adquirem poder — um poder não heterônomo — pelo tempo em que durarem suas articulações. Porém, se ao conquistarem o que demandam o grupo se dispersa, tal poder construído de forma autônoma e que, a sua maneira, gera frutos, desaparece junto com a união que o configurava. Arendt relaciona outros conceitos ao poder, como é o caso de *vigor*, *força*, *autoridade*, e principalmente *violência* (SOUZA, 2017). Segundo a autora, “embora sejam fenômenos distintos, [violência e poder] geralmente apresentam-se juntos” (ARENDR, 1985, p. 28).

Elsa Dorlin (2020) em *Autodefesa: uma filosofia da violência*, defende a importância do cuidado e da afetividade nos processos de resistência dos corpos, no processo de autodefesa dos subalternizados. Podemos estabelecer essa relação de afetividade presente na territorialidade ao processo de autodefesa espacial dos povos que se contrapõem ao planejamento heterônomo, na construção de alternativas que visam maior autonomia. Sidarta Ribeiro (2020), em *live* do Boletim do Fim do Mundo⁴, aponta que, por contradição, o capital — que tem em muitas das invenções que garantiram seu desenvolvimento, o sonho como um oráculo da possibilidade — expurga do ambiente social o sonho, como algo não digno de atenção dentro do debate social, inclusive no ambiente científico o sonho é relegado a lugar nenhum. Da mesma forma, o autor afirma que tal fenômeno está intimamente ligado a nossa falta de capacidade de imaginar as consequências dos nossos atos enquanto humanidade, e por conseguinte, reduz as

possibilidades de imaginarmos um sistema sócio-espacial outro.

Se, como já citado anteriormente, Krenak (2019) aposta na potência da subjetividade e do sonho para adiarmos o fim do mundo, Carlos-Walter afirma que “há uma batalha pela descolonização do pensamento que a recuperação do conceito de território talvez possa contribuir” (2006, p. 161). Quem sabe um futuro menos injusto e desigual passe por nos permitirmos imaginar outras maneiras de viver em sociedade, de perceber as muitas outras territorialidades, a partir de formas menos heterônomas de planejamento, que levem em conta o conflito e as práticas insurgentes, que, segundo Miraftab (2016, p.368),

perfazem uma ruptura ontológica não por almejarem uma fatia maior da torta, mas por desejarem um outro tipo de torta - uma torta ontologicamente distinta. [...] não buscam por inclusão através de uma melhor representação [...]; mas buscam a inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados.

Para buscar esse “outro tipo de torta” — ou os muitos outros tipos — há que se buscar, também, um outro tipo de urbanismo, há de se permitir outras práticas, mais atentas e alinhadas não aos interesses do mercado e do capital, mas que comporte o tempo da vida. É nesse sentido que o próximo item busca relacionar as questões até então aqui discutidas, com uma experiência prática vivenciada em uma atividade de extensão universitária.

Territorialidade normativa, territorialidade vivida e a imaginação

Como vimos, a dimensão do poder é a que se apresenta em primeiro plano ao tratarmos de território. Assim, o território é “antes relações sociais projetadas no espaço do que espaços concretos” (SOUZA, 2016, p. 96), relações sociais que utilizam um substrato espacial material como referência. Admitir que o território, como projeção espacial das relações de poder não deve se confundir com o substrato ao qual se referencia, não significa que se possa compreender, ou investigar territórios sem que se considere o substrato espacial material do espaço social. Souza, sugere que entendamos território como um “campo de força”, que se projeta sobre o espaço social, mas não se confunde com ele (SOUZA, 2016).

Se pensarmos as relações de poder como processos em constante tensionamento, veremos que esses “campos de força” — que são projeção das relações de poder e, portanto, “só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções espacializadas” (SOUZA, 2016, p. 89) — não são “estanques” e, por isso, seus limites podem ser modificados conforme se modifiquem as relações de poder — entendendo que nem o poder, nem a definição de limites são frutos de uma ação única e “de cima para baixo”. No âmbito do território, enquanto categoria de análise, Haesbaert, citando Porto-Gonçalves, fala da necessidade de superar a lógica dicotômica, a “lógica do isto ou aquilo e, definitivamente, aceitarmos as lógicas relacionais, plurais e que apontemos para territorialidades de outros tipos” (2013, p.182 citado por HAESBAERT, 2021, p. 284). É dentro dessa concepção, a de que são múltiplas e plurais as relações que conformam os territórios, e por entender a importância de olhar para outras práticas de espaço, em busca de outras territorialidades, que nos voltamos agora para a discussão em torno da fala de uma moradora de uma das comunidades periféricas — periferia do centro — da cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.

⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ss-DOCWv-qc&t=2847s>>



A fala em questão se deu em uma atividade de extensão universitária em que a comunidade do bairro Euzébio Beltrão de Queiróz — uma das primeiras periferias da cidade —, vulgarmente chamada de “Zona do Cemitério”, demandou a realização de ações em seu Centro Cultural, pois na época o espaço encontrava-se ocioso. O curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul foi um dos cursos a realizar ações com os moradores da vila — “vila” é o termo mais ouvido quando os moradores se referem ao bairro. As atividades, conduzidas pelo TaliesEM - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul, tiveram início na metade do ano de 2016 e se desenvolveram até início de 2018. Os encontros eram quinzenais — o que possibilitou a criação de vínculos de confiança e afeto entre o grupo. Em uma das atividades, ao discutir sobre a história da vila, enquanto construía-se em conjunto uma linha do tempo, uma das moradoras, que se chama Paula, comentou: “se o cemitério não existisse, tudo seria o bairro”. A potência dessa fala permite que muitas questões sejam levantadas. Ainda que entendamos que se trata da visão de uma moradora em especial, não podendo automaticamente ser estendida como uma reflexão que represente todos as moradores-as do bairro, a força imaginativa da fala dessa moradora nos dá subsídio para, em alguma intensidade, avaliar como a territorialização normativa impacta o território vivido e como a imaginação pode ser ferramenta na transposição de limites impostos por essa territorialização normativa.

O Euzébio Beltrão de Queiróz (figura 1) é uma das comunidades periféricas mais antigas da cidade. O início de sua ocupação é impreciso, segundo o jornal Pioneiro⁵ de 15 de junho de 1985, as ocupações teriam iniciado por volta de 1920, já segundo Wiggers et. al (2010), a ocupação do bairro teria iniciado em 1940. A vila se desenvolveu ao lado do Cemitério Público Municipal, construído em 1911. No início da ocupação a divisão entre o que era bairro e o que era cemitério não existia. Alguns moradores relatam diversas brincadeiras de infância nos túmulos, outros, o medo e o receio provocados pela presença do cemitério. Posteriormente, foi construída uma cerca viva dividindo o bairro do cemitério, e, na década de 1960, o cemitério, que já não comportava a demanda da cidade e precisava de mais espaço, avançou sobre o território da vila — que até então ocupava uma área de 3,5ha, abrigando 201 habitações e teve sua área reduzida

⁵ O Jornal Pioneiro é, atualmente e há algum tempo, o principal veículo de comunicação da mídia tradicional da cidade.

a 2,5ha, sendo que na década de 1980 o bairro já abrigava 246 habitações, o que demonstra um processo de densificação. (SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E AÇÃO SOCIAL, 1984) Além disso, o território do Beltrão está limitado, do outro lado, pelo estádio de futebol do S.E.R. Caxias (Sociedade Esportiva e Recreativa Caxias do Sul) e pela Rua Cristóforo Randon, recentemente alargada e asfaltada pela prefeitura municipal.

Esse episódio, do cemitério avançando sobre o território da vila, tirando diversas famílias de seus lugares de vida, mostra que, de certa forma, a morte de uns importa mais que a vida de outros. Raquel Rolnik (2015, p. 171) em seu livro “Guerra dos Lugares” ao discorrer sobre a “[...] trama complexa que define o lugar dos assentamentos populares nas cidades”, nos fala do constante “estado de indefinição” que a propriedade da terra desses espaços populares está submetida, principalmente pela ação do estado — territorialidade normativa. Haesbaert (2021, p. 278) aponta que, numa perspectiva latino-americana, o conceito de território surge, principalmente por meio do reconhecimento dos processos de desterritorialização que, nesse contexto específico está associado à “[...] ‘perda de controle’ sobre o espaço ou à precarização social dos grupos subalternos”. Tanto esse constante “estado de indefinição” da terra — e do território — dos espaços populares que nos aponta Rolnik (2015), quanto a “perda de controle” sobre o espaço em processos de desterritorialização indicada por Haesbaert (2021) parecem refletir no exemplo do cemitério que avança sobre o bairro, não só avança como apropria-se de — desterritorializa — e, portanto, incide diretamente na autonomia dos moradores — seja enquanto indivíduos, seja enquanto coletividade. Ainda para Haesbaert (2021), nessa outra perspectiva do território, sob um ponto de vista “periférico” e não mais eurocêntrico, a desterritorialização se vincula à exclusão.

Frente a tamanha desigualdade e precarização identifiquei ainda os processos de *contenção territorial* (Haesbaert, 2009 e 2014) em que se tenta, se não *confinar* os “precarizados” (vistos como indesejáveis), pelo menos *barrar e/ou conter* sua mobilidade e/ou proliferação em certos espaços. (HAESBAERT, 2021 p. 278/279 grifo nosso)

Esses processos de contenção territorial, em geral, são promovidos pela produção do espaço conduzida pelo estado e pelo mercado e partem de uma visão utilitarista do espaço social. São concebidos a partir de uma “visão de sobrevôo”, amplamente absorvida pelo planejamento urbano moderno, e sobre isso, Souza nos convida à reflexão:

Como adentrar os “mundos da vida” sem mergulhar na escala geográfica das casas, das praças, das ruas, das fábricas? Sem descer “à escala das pessoas amontoadas ao relento nas calçadas ou embaixo dos viadutos, à escala das celas e dos diversos espaços de uma penitenciária, à escala da faina diária dos ambulantes, à escala dos espaços do trabalho das prostitutas fazendo seu *trottoir* noturno?...” (SOUZA, 2007, p. 110, citado por SOUZA, 2016, p. 104)

Ainda, quando o planejamento moderno coloca os pés no mundo, o faz como o antropólogo de *anti-narciso* que “[...] vai lá simplesmente conferir se os outros sabem o que ele sabe, quando a questão de descobrir se os outros sabem o que ele não sabe, em geral, não lhe passa pela cabeça” (VIVEIROS DE CASTRO, 2010, não paginado). Mia Couto, nos fala que ao viajar pela savana de seu país encontra “gente que não sabe ler livros. Mas que sabe ler o seu mundo” (2010, p. 14). Milton Santos, (1999, p. 18), nos dirá, de outra forma, que “o território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado”. Ou seja, é no cotidiano que as relações sócio-

NOTÍCIAS

OCORRÊNCIA

Homem é morto na Zona do Cemitério em Caxias do Sul

Na noite da segunda, um jovem de 17 anos foi morto a tiros na mesma região

HOMICÍDIO

Jovem é morto a tiros na Zona do Cemitério, em Caxias do Sul

Crime ocorreu na noite de sexta-feira

TENTATIVA DE HOMICÍDIO

Homem é baleado nas proximidades da zona do cemitério em Caxias do Sul

Volmir Ferreira Pereira, 40, precisou passar por cirurgia

CRIME

Jovem de 17 anos é morto a tiros na Zona do Cemitério, em Caxias do Sul

Homicídio ocorreu por volta das 22h30min da noite de segunda-feira

"A BM só aparece se a gente falar que tem morto aqui" diz morador durante protesto, em Caxias do Sul

20 de Nov. de 2021 ... De acordo com um morador que não quis se identificar, o fato do bairro se chamar Zona do Cemitério é o 1º de Maio, fez com que o ...

Homem é morto a facada após briga nas proximidades do restaurante popular de Caxias do Sul

6 de Nov. de 2021 ... Um homem, ainda não identificado, de aproximadamente 30 anos, foi morto com um golpe de faca na região do peito, após uma briga ...

Após duas semanas, policial ferido durante perseguição em Caxias do Sul recebe alta

28 de Nov. de 2021 ... Os policiais abateram dois homens em uma motocicleta, quando tentaram fugir da Zona do Cemitério em direção ao bairro Kayser ...

Polícia prende suspeitos envolvidos em perseguição que deixou PM ferido em Caxias do Sul

12 de Nov. de 2021 ... Identificado como Dalmeir, 27 anos, ferido na tarde desta sexta-feira (12), na Zona do Cemitério, em Caxias do Sul ...

especiais se formam e se transformam. Entender esses espaços a partir da vivência, do olhar de seus usuários praticantes, é urgente para que possamos imaginar formas menos destrutivas de se fazer cidade.

Essa distância e esse descolamento com o cotidiano, com a realidade vivida pelos usuários praticantes de cidade que é verificada no planejamento moderno, pode ser percebida também nos discursos e narrativas construídas de “fora” para “dentro” das comunidades periféricas, por serem, usualmente, carregados de preconceitos e estigmas. Um exemplo disso, é a própria representação do bairro Euzébio Beltrão de Queiróz. Para além do impacto físico, o impacto subjetivo da presença do cemitério no bairro de Paula, pode ser percebido por meio das imagens de lugar construídas por quem não habita, e também não frequenta o bairro, geralmente, carregadas de preconceitos que ignoram a vida ali presente. A vila, mesmo tendo em seu território diversas iniciativas de educação através da arte e do esporte, e tendo criado em seu solo diversos artistas, muitos deles ativistas do movimento hip hop, frequentemente aparece nos jornais da cidade de forma estigmatizada. Em geral, o que vira notícia não são a arte e a cultura que se desenvolvem por lá, e sim a violência — que, geralmente, é resultado da exclusão sócio-espacial promovida pela lógica estatal de se produzir espaço. Importante observar, sobre isso, a forma como os veículos de imprensa (figura 02) se referem ao bairro. Lembremos, seu nome é Euzébio Beltrão de Queiróz e seus moradores se referem ao bairro como vila. Os veículos de imprensa da cidade, por sua vez, preferem se referir a ele como “zona do cemitério”, tornando, imagedinamicamente, o cemitério a grande figura do bairro em detrimento de toda a vida que se desenvolve nesse território.

Voltando à fala de Paula, uma visão — ainda que específica — mas de quem vivencia o bairro e “grafa” aquela terra — e também território — todos os dias, que se forma a partir do território usado, da territorialidade vivida, completamente enredada à vida daquele lugar. Paula nos diz “se o cemitério não existisse, tudo seria o bairro”; ora, o cemitério é uma barreira murada que separa a vila do centro, o espaço opaco, do espaço luminoso (SANTOS, 2017), se o cemitério não existisse, o bairro seria a cidade, estaria integrado ao centro de outra maneira, permitindo conexões e acesso a outras possibilidades. Lembrando Mia Couto, Paula sabe ler seu mundo, e mesmo que “só” na imaginação, ela consegue ir para além das fronteiras do seu bairro, do seu lugar no mundo, para além de sua desterritorialização imposta, para além da vontade externa de contenção e precarização. Paula contraria tudo isso, contraria todo peso — físico e simbólico — que o cemitério tem naquele lugar e o imagina para além dele. De alguma forma ela faz o que Mirafab (2016) nos diz ser urgente “imaginar o inimaginável”. Quem sabe arquitetos e urbanistas possam ter a humildade de aprender com as muitas Paulas a ler

o mundo, mas a não se prender a ele. A ir além do que entendemos e julgamos saber, a experimentar o desconhecido, valorizando o que não entendemos e não tentando subjuga-lo e adaptá-lo aos limites do conhecimento ocidentalizado.

Vimos ao longo do texto territorialidades em tensionamento, de um lado temos uma narrativa dominante e a territorialidade normativa que se constrói de fora da vila, altamente estigmatizante, limitante, utilitarista e que pouco ou nada leva em consideração as dinâmicas territoriais do bairro. De outro, temos a territorialidade cotidiana — a vivida —, que, a partir do que sente no corpo, ousa imaginar uma espacialidade diferente, onde tudo pode ser o bairro, ou, dito de outra forma, o bairro pode ser um “tudo” possível. A potente fala de Paula, nos alerta para como é necessário um tanto de imaginação para o planejamento urbano. Segundo Certeau (1996), é a partir dos relatos — como o de Paula — que se atravessam as demarcações sagradas do planejamento urbano, é o relato que restitui a cidade ao domínio dos corpos. Segundo o autor (1996, p. 216) o relato é *delinquente*, não vive à margem, “mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca”, e só existe enquanto movimento. Talvez seja possível considerarmos a ação imaginativa de Paula um ato de *delinquência*, um relato que abre possibilidade a outra territorialidade, que tira, de alguma forma, o território do sagrado planejamento urbano e o devolve ao comum, à escala do cotidiano dos seres humanos.

Considerações finais

Conforme nos diz Coelho (2009), não nos é possível imaginar uma metrópole, ou uma cidade, onde todos os seus trajetos estejam definidos ou onde todos os atalhos encontrem-se plenamente mapeados. A cidade é um organismo vivo, que a cada impacto individual, ou a cada série de impactos individuais, que atua sobre seus elementos fundadores modificando-os, se modifica (SANTOS, 1997). Tuan (2013, p. 128) nos diz que:

O meio ambiente construído define as funções e as relações. As pessoas sabem melhor quem elas são e como devem se comportar quando o ambiente é planejado pelo homem e não quando o ambiente é a própria natureza. Por último, a arquitetura “ensina”. Uma cidade planejada, um monumento ou até uma simples moradia pode ser um símbolo do cosmos, Na falta de livros e instrução formal, a arquitetura é uma chave para compreender a realidade.

Assim, podemos entender o planejamento como um limitador dos corpos no espaço, ao ponto que o que se dá fora dos planos deva, em um futuro, se enquadrar — ainda que minimamente — para ser considerado formal — ou passar a existir, do ponto de vista da urbanidade. E as formas e formatos espaciais das cidades podem significar de maneiras diferentes aos diferentes grupos que as disputam. Então, se o ambiente planejado se propõe a educar, imaginar outras formas de produzir espaço nos parece ainda mais urgente. Portanto, observar as micro-resistências que se imprimem no espaço e subvertem a lógica do capital — seja por se permitir sonhar com uma territorialidade outra, seja por romper os tempos impostos pela “ordem” hegemônica — nos ajuda a perceber a crise no planejamento urbano de nosso tempo, que nega as subjetividades e as construções simbólico-culturais de muitos/as outros/as que experienciam, formam e transformam seus territórios e portanto, também, a cidade.

— Mãe, porque não limpam essa praça? — perguntou a menina apontando para as paredes em volta. Confesso que fiquei surpreso, já que supunha uma simpatia quase natural entre as crianças e o

Figura 2 - reportagens de jornal. Fonte: Pioneiro e Leouve. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/search/?q=zona%20do%20cemitério%20C3%A9rio>; <https://leouve.com.br/busca>

impulso ao rabisco, mais do que o impulso à limpeza. Pois bem, a real surpresa viria a seguir.

— Verdade, né filha? Deviam limpar essa sujeira — concordou a mãe que, certamente, não esperava a resposta seguinte.

— É, porque não tem mais espaço para ninguém rabiscar⁶

Essa história, contada por Coelho, em *Subjetividade Pixadora*, nos permite perceber que, a vontade de se imprimir no espaço é algo que ocorre até mesmo para uma criança. A fala de Paula, que mencionamos na seção anterior, carrega uma dimensão de apropriação e de vontade de pertencimento. Se por um lado “tudo seria o bairro”, diluindo o estigma que o cemitério imprime nesse território e o tornando mais próximo da vida que o habita, por outro, a reconexão com a cidade, diluiria o sentimento de exclusão que essa desconexão territorial proporciona.

Encerrando, destacamos a importância de, sempre que possível, aliarmos o conhecimento científico (em nosso caso, o território como categoria de análise) com o cotidiano e as “múltiplas vivências do território (o território como categoria da prática)” (HAESBAERT, 2021, p. 286). Soja (1993, p. 34), ao se referir a geografia humana crítica pós-moderna, menciona que ela “[...] deve continuar a se basear numa desconstrução radical, numa exploração mais profunda dos silêncios críticos dos textos, narrativas e panoramas intelectuais do passado [...]”. Porém, como ele mesmo menciona a seguir, a desconstrução não basta por si só, por mais efetiva que seja sua exposição dos silêncios críticos, deve vir acompanhada por uma reconstrução, ainda que provisória, e que se baseie nas exigências políticas e teóricas do mundo contemporâneo e que seja capaz de abranger as diferentes escalas do poder moderno.

Tirar a ciência do sagrado e devolvê-la ao profano, ou seja, restituí-la “[...] ao livre uso dos homens” (AGAMBEN, 2007, p. 65) — e mulheres —, parece ser uma tarefa urgente para que espaços menos injustos e desiguais possam ser reivindicados e, por conseguinte, construídos. É no território, e, portanto, o cientista deve se fazer presente nele, que os movimentos antagônicos à produção do espaço hegemônica se manifestam, através de micro-resistências aos processos de uniformização e espetacularização dos espaços, subvertendo a espaço-temporalidade capitalista e reivindicando, a partir da *práxis*, novas formas de se viver a espacialidade. Afinar nossos ouvidos para as reflexões cotidianas e nos permitir, a partir do exercício imaginativo, uma ciência mais criativa, que tensione o que está posto como possibilidade única, talvez seja um dos caminhos a se percorrer na busca por territórios com maiores graus de autonomia.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*, 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, vol. I – artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.

COELHO, Gustavo. *piXação: arte e pedagogia como crime*. 2009. 365 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio

⁶ Citação não datada e não paginada. Disponível em: <https://www.academia.edu/8022775/SUBJETIVIDADE_PIXADORA>

de Janeiro, Rio de Janeiro.

COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano? : e outras interinvenções*. São Paulo: companhia das letras, 2011.

DORLIN, Elsa. *Autodefesa: uma filosofia da violência*. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2020.

HAESBAERT, Rogério. *De categoria de análise a categoria da prática: a multiplicidade do território numa perspectiva latino-americana*. Clacso, 2021.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, setembro de 2004. Acesso em: 13/06/2022, disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MIRAFTAB, Faranak. *Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano*. Recife: Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. V. 18, N. 3, p. 363-377, 2016.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. *Percepção e representação gráfica: a geograficidade nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas*. Manaus: Edua, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades*. In: CECENIA, Ana Esther e SADER, Emir. (org.) *A guerra infinita: hegemonia e terror mundial*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In: *Cadernos IPPUR*, ano XIII, nº 2, p. 15-26, ago-dez, 1999.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 4. ed. EdUSP, 2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO E AÇÃO SOCIAL. *Exposição fotográfica Euzébio Beltrão de Queiróz*. Caxias do Sul, 1984.

SOJA, Edward William. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Por uma Geografia Libertária*. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SVAMPA, Maristella. *Debates Latino-Americanos*. Buenos Aires: Edhasa, 2016.

TUAN, Yi-fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Anti-Narciso: lugar e função da Antropologia no mundo contemporâneo. Em *Revista brasileira de psicanálise*. vol. 44, nº 4, p. 15-26. São Paulo, 2010.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WIGGERS, Monica Marlise; KORMANN, Tanice Cristina; ROBIANA, Luis Eduardo de Souza. *Evolução da ocupação urbana de Caxias do Sul e os assentamentos subnormais*. Porto Alegre: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010.